

o  
**BAIRRO**  
CAMÕES

---

MARGARIDA ELIAS  
RAQUEL HENRIQUES DA SILVA

# O BAIRRO CAMÕES

MARGARIDA ELIAS<sup>1</sup>

RAQUEL HENRIQUES DA SILVA<sup>2</sup>

---

## O Bairro Camões na cidade: o lugar e os limites

O Bairro Camões está situado a oriente da Avenida da Liberdade, ocupando sobretudo a área que foi propriedade dos condes de Redondo e marqueses de Borba, estendendo-se ainda aos terrenos da antiga Quinta de Rilhafoles<sup>3</sup> (actual Hospital Miguel Bombarda). Os limites do bairro são, a norte, a Avenida Duque de Loulé; a sul, os Hospitais de Santa Marta e Miguel Bombarda; e a este, a Rua Gomes Freire. O limite ocidental é menos claro, pois enquanto o *Guia de Portugal*<sup>4</sup> o estabelece na Rua de Santa Marta, recentemente Catarina Gonçalves<sup>5</sup> coloca-o na Rua da Sociedade Farmacêutica. Em qualquer dos casos, o bairro distingue-se pela sua malha ortogonal, formando oito quarteirões bem definidos (Fig. 1).

Note-se que os limites do bairro foram por vezes interpretados de uma forma mais alargada, sobretudo quando, desde 1912 e durante a Primeira República, a zona esteve sob a alçada administrativa da freguesia de Camões<sup>6</sup>. Num artigo de 1933, publicado no *Diário de Notícias*, é referido que «As principais ruas deste Bairro são a da Sociedade Farmaceutica, a primeira a ser aberta; Luciano Cordeiro, Bernardo Lima, Ferreira Lapa, Gonçalves Crespo, e, cortando estas, a fazerem grade, a Rua Conde de Redondo, titular do Bairro, e a Bernardim Ribeiro». Acrescenta-se: «Em boa verdade, a Avenida Duque de Loulé está a limitar a freguesia, ao Norte, e as Rodrigues Sampaio, Camilo Castelo Branco, Actor Tasso, Eça de Queiroz, já com fóros de fazerem parte da Avenida da Liberdade, são ainda Bairro Camões». E conclui: «Como afinal o são o Andaluz e Santa Marta.» O mesmo texto menciona que «O sítio do Andaluz, já caminho de S. Sebastião da Pedreira, está dentro da área administrativa da freguesia do Camões»<sup>7</sup>. De facto, esse chafariz é o testemunho monumental mais antigo da área, situado a norte da Avenida Duque de Loulé, datando de 1336. Por curiosidade, acrescente-se que, segundo uma tradição medieval, a sua água era considerada milagrosa<sup>8</sup>.

Além do Andaluz, outras ruas em torno do bairro são mais antigas que este. É o caso da já mencionada Rua de Santa Marta, que, sequenciando a Rua de São José, se articulava com a Rua das Portas de Santo Antão, unindo a Lisboa histórica e ribeirinha com o norte da cidade - num velho eixo urba-

no que desembocava em São Sebastião, antiga «corredoura medieval», que funcionou até ao final do século XIX como «um dos acessos principais ao centro de Lisboa»<sup>9</sup>.

O palácio dos condes de Redondo, em cujas terras se fundou originalmente o bairro, foi construído no 3.º quartel do século XVII. A história do palácio, ou da família dos condes de Redondo e marqueses de Borba, não é o tema deste texto, mas há detalhes que importa lembrar. Em 1686, o 8.º conde de Redondo morreu sem descendência e a propriedade esteve durante algum tempo na posse da coroa. Em 1693, D. Pedro II instituiu no título a D. Manuel Coutinho, e em 1811, o 13.º conde tornou-se 1.º marquês de Borba. O palácio resistiu ao terramoto de 1755, sendo a sua área envolvente constituída maioritariamente por terrenos de cultivo. Esses terrenos (Fig. 2), do lado nascente, iam até à Bemposta e para o Norte chegavam a São Sebastião da Pedreira. Conta-se que era uma terra «propícia ao cultivo de pomares, searas e vinha, prestando-se o grande pinhal à prática da caça às galinholas e aos coelhos»<sup>10</sup>.

Como se sabe, o terramoto de 1755 determinou a alteração radical da imagem de Lisboa, mas apenas na sua área central. Só a partir de 1850, com um ritmo mais significativo de crescimento demográfico, se vão afirmando novas necessidades urbanísticas, sob o controlo da Câmara Municipal, que cria a Repartição Técnica, dirigida, desde 1852, por Pierre Joseph Pézerat (1801-1872). Iniciava-se então um período de planeamento de Lisboa que algum influxo vai recebendo das alterações das práticas internacionais, especialmente francesas.

Em torno do que seria o Bairro Camões, as alterações são profundas. No limite ocidental, no ano de 1852, no lugar da Cruz do Tabuado, foi criado o Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa<sup>11</sup>. Cinco anos depois (1857), foi aberta a Rua do Sacramento (hoje Rua Tomás Ribeiro) (Amaro, 2012, 63) situada a norte do futuro bairro. Outros dois anos passados (1859), o presidente da Câmara, Júlio Máximo de Oliveira Pimentel (1809-1884), propôs o prolongamento do Passeio Público até à estrada de circunvalação. Seria esta proposta, embrião da futura Avenida da Liberdade, que iria



Fig. 1 – Bairro Camões, mapa de Lisboa in <http://lx.cm-lisboa.pt/lxi/>.



Fig. 2 – Localização do Bairro Camões sobre as terras do palácio dos condes de Redondo, segundo o mapa de Lisboa de Filipe Folque (1856-1858), in <http://lx.cm-lisboa.pt/lxi/>.

estabelecer de forma mais significativa a base do projecto do Bairro Camões, pois implicava que a cidade avançasse de forma decidida para norte.

A importância da capital conduz à intervenção da administração central: o decreto-lei de 31 de Dezembro de 1864 enunciava que o Governo iria mandar proceder à elaboração de um plano geral de melhoramentos para a cidade. No ano seguinte (1865), foi criada uma comissão que integrava membros do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, da Câmara Municipal e do Conselho de Saúde Pública. Pézerat representava a CML, e, nesse ano, publicou *Mémoire sur les études d'améliorations et embellissement de Lisbonne*.

Não é este o lugar para analisar a falta de documentação hoje existente sobre a referida comissão. O facto é que será a Câmara Municipal a avançar com o plano, desde que, em 1874, Frederico Ressa-no Garcia (1847-1911) assumiu as funções de Pézerat (falecido em 1872) na Repartição Técnica, com outra competência e actualização técnica. Foi a equipa por ele dirigida que, em 1877, apresentou o anteprojecto da futura Avenida da Liberdade, a que se seguirá, em 1889, o chamado plano das Avenidas Novas<sup>12</sup>. Lisboa entrava finalmente numa dinâmica desenvolvimentista assinalável, comum a todas as principais cidades europeias.

## O nascimento do Bairro Camões como projecto privado

Paralelamente, davam-se os primeiros passos para o Bairro Camões, que seria traçado nos terrenos da quinta anexa ao palácio dos condes de Redondo, como relata Mário Costa:

«Entrando em estado decadente, o administrador do vínculo dos Borbas e Redondos, com a garantia do imóvel e da parte rústica, foi levado a contrair um empréstimo no Banco de Portugal (...). Foi então que surgiu o conde de Burnay (...), em nome da firma Henry Burnay & C.<sup>a</sup> à frente de um grupo de indivíduos, constituindo um Sindicato, em que participou o Banco emissor, destinado a adquirir os bens situados em Santa Marta e pertencentes ao 3.º marquês de Borba e 16.º conde de Redondo (D. Fernando Luís de Sousa Coutinho), que também entrou na sociedade»<sup>13</sup>.

Vale a pena assinalar a personalidade deste conde de Redondo, cujo nome ficou associado a uma das principais artérias do bairro. D. Fernando Luís de Sousa Coutinho Castelo Branco e Meneses (1835-1928) foi oficial-mor da casa real e vogal da Junta do Crédito Público. Engenheiro-agrónomo, ficou principalmente conhecido pelo seu interesse pela música, tendo sido um consagrado flautista e um dos promotores da Real Academia dos Amadores de Música (em 1884)<sup>14</sup>.

No entanto, a principal figura a destacar na criação do bairro foi certamente Henrique Burnay (1838-1909), nascido em Lisboa, mas cuja família era oriunda de Bovigny, no Luxemburgo. Entrou para a vida comercial aos 17 anos e, aos 20, já trabalhava por sua conta. Representante de uma casa de negócios na Rua dos Fanqueiros em Lisboa, em 1876, foi alargando o seu âmbito à finança e, gradualmente, começou a aparecer à frente de diversas empresas e companhias. Neste contexto, estabeleceu em Lisboa a casa Henry Burnay & C.<sup>a</sup>, consolidando uma grande fortuna pessoal. Além do projecto do Bairro Camões, contribuiu para a realização dos festejos dos Centenários de Camões (1880), e, posteriormente, de Pom-bal (1882) e de Santo António (1895)<sup>15</sup>.

No ano de 1875, foi fundada a Sociedade das Terras de Santa Marta, constituída, na direcção, por António Joaquim Simões de Almeida (1858-1934), Eugénio de Mendia y Cunha Matos (1844-1932) (conde de Mendia desde 1890) e a firma Henry Burnay & C.<sup>a</sup>. No conselho fiscal estavam o Banco Comercial de Lisboa, o conselheiro Ernesto Driesel Schröeter (1850-1942) e o Conde de Redondo. Formavam a Mesa da Assembleia Geral o conselheiro Augusto Gomes de Araújo (1842-1915) (presidente), Manuel Joaquim Alves Dinis, Eduardo Ferreira Pinto Basto (1838-1916) e Manuel Evaristo Pires. O Sindicato, como foi designado, «(...) teve organização sob a rubrica “Companhia do Bairro Camões”, com sede na Rua da Princesa, n.º 10, 1.º e o capital de 160 contos de réis, dividido em acções de 100\$000 réis»<sup>16</sup>.

No ano de 1879, foi, como se disse, apresentado o projecto para a primeira parte da Avenida da Liberdade, que incluía o planeamento dos bairros adjacentes e do Parque da Liberdade. O bairro do lado nascente seria o «bairro do Conde Redondo», mas estendia-se apenas até à Rua de Santa Marta<sup>17</sup> (Fig. 3). Burnay teve igualmente um papel fundamental nas obras da avenida, enquanto representante em Lisboa do banco francês Comptoir d'Escompte, que emprestou o dinheiro para iniciar os trabalhos<sup>18</sup>.

Foi ainda no ano de 1878 que se fez a venda de parte da propriedade adjacente ao palácio, para construção do bairro. Segundo Norberto de Araújo, a Sociedade das Terras de Santa Marta promoveu a urbanização do Bairro Camões desde 11 de Outubro de 1878, embora só se tenha começado a edificar a partir de 1880 e a construção se tenha prolongado durante o primeiro quartel do século XX.

É em 1880 que o projecto começa a avançar. Na 14.<sup>a</sup> sessão, de 24 de Maio desse ano, da Câmara Municipal de Lisboa<sup>19</sup>, foi lido um parecer da Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais, no qual se dizia que fora apresentada por parte de Henry Burnay uma proposta, «como representante do Sindicato dos Terrenos de Sta Martha», nos seguintes termos:

«1.º O sindicato dá à Camara todo o terreno e construcções de qualquer ordem de que dispõe e fôr necessario para as ruas projectadas na planta, ou para aquellas que em substituição d'estas, a Camara indicar, e bem assim o terreno e construcções existentes na mesma propriedade, para o alargamento das ruas que circundam o espaço occupado pela mesma propriedade;

2.º A largura das ruas será a indicada no projecto ou aquella que a Camara resolver dar-lhe;

3.º O Sindicato fornece á camara os meios indispensaveis para a execução immediata d'aquellas obras e para as que a mesma Camara julgar necessarias nas communicções que ligarem com o dito bairro, ao juro de 5%, podendo a Camara estender a amortisação até ao período de 2 annos;

4.º As ruas abertas no terreno da empreza, constituirão um bairro denominado “Bairro Camões», tendo as ruas as denominações que a Camara julgar apropriadas;

5.º Aceita a proposta pela camara para esta a inauguração do mesmo bairro em qualquer dos dias festivos do centenario de Camões, ficando a cargo da empreza todas as despesas da inauguração, e bem assim as de uma grande festa popular condigna do facto que se celebra e da cidade, e que possa ser gosada por todos os municipes»<sup>20</sup>.

A Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais julgava «de conveniencia esta proposta»<sup>21</sup> e colocava o assunto à decisão da Câmara. A discussão foi assaz interessante, sendo de referir que o vereador José Elias Garcia (1830-1891) afirmou que este projecto iria «transformar a quinta denominada “do Marquez de Borba” n'um bairro com ruas espaçosas e dispostas para boas habitações», e enumerou as vantagens deste melhoramento para a cidade. A sua opinião foi subscrita por Teófilo Ferreira, que chamava a atenção para a necessidade de «construir novos bairros». A proposta foi aprovada com nove votos a favor e dois contra<sup>22</sup>. Na 17.<sup>a</sup> sessão da Câmara, realizada a 7 de junho, era lido que a «deliberação (...) foi approvada pela (...) Junta [Geral do Districto] em 31 do dito mez»<sup>23</sup>.

A inauguração oficial do Bairro Camões fez-se pouco tempo depois, às 6 da tarde do dia 9 de Junho de 1880. Num artigo de 1933, do *Diário de Notícias*, lembrava-se que o bairro fora «inaugurado, sem edificios quasi». Não havia «Bairro. O que existia era o traçado com base numa duzia de edificios dignos desse nome»<sup>24</sup>.

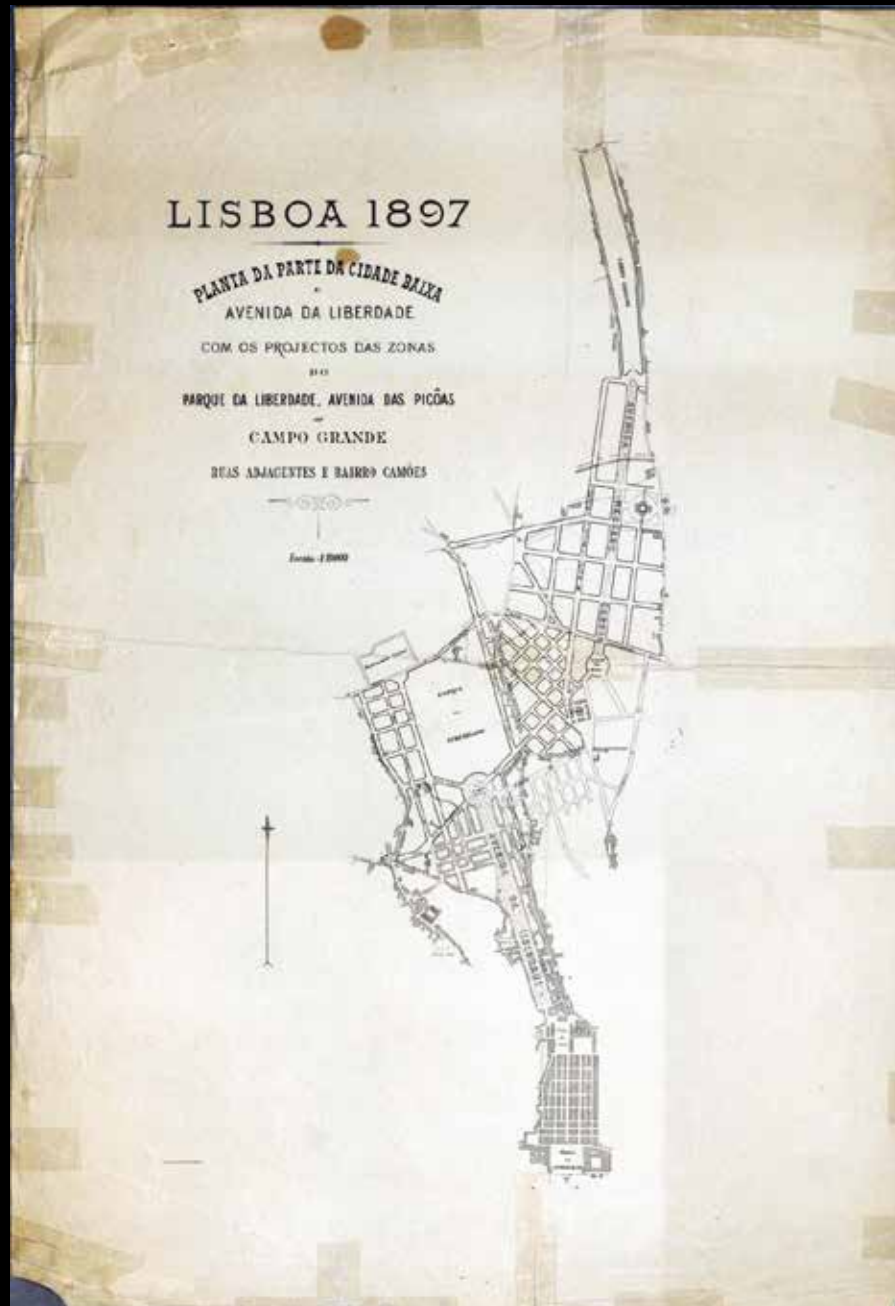


Fig. 3 – Planta de parte da cidade baixa e Avenida da Liberdade com os projectos das zonas do parque da Liberdade, da Avenida das Picoas ao Campo Grande, ruas adjacentes e Bairro Camões, 1897, AML - PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/506.

A 10 de Junho de 1880, na primeira página do *Diário de Notícias*, foi publicado um artigo (que hoje consideraríamos publicidade paga) intitulado «Inauguração do Bairro Camões» no qual se contava o acontecimento, elogiando o papel desempenhado por Henry Burnay, considerado «um mago que, ao toque da sua varinha, opera subitamente as maiores transformações verdadeiras surpresas de teatro». E descrevia-se o cenário do evento:

«Um formoso jardim com um bello lago com possantes jogos de agua, açafates de verdura, estatuas, arbustos de toda a especie, escadarias e um elegante pavilhão central para a assignatura do auto e para musica, uma rua aberta em declive suavissimo até ao alto do monte, chalets, postes bandeiras, fogos dispostos por toda a parte n'uma area vastissima, em tudo a suavidade infatigavel d'este homem notabilissimo cooperou em meia duzia de dias»<sup>25</sup>.

Contava-se também que fora «immensa a quantidade de povo que concorreu à inauguração, em que tomaram parte o sr. presidente do conselho de ministros, a camara municipal, a comissão da imprensa, os membros do sindicato, e muitas senhoras, grupo numerosissimo, que Rochini [Francesco Rocchini (1822-1895)] abrangeu n'uma photographia instantanea»<sup>26</sup>. Uma cópia dessa fotografia integra hoje as colecções do Arquivo Municipal de Lisboa<sup>27</sup> (Fig. 4).

Também na mesma notícia era relatado que a inauguração fora «saudada com salvas de morteiros, foguetes e os hymnos nacionaes executados por uma banda de caçadores. Finda a inauguração foi servido um primoroso licor a todos os convidados». Concluía-se com grande optimismo que estava realizado o «grande melhoramento do bairro Camões, que vem dar novas ruas e novas habitações á cidade, melhorando as suas commodidades, e a sua hygiene, opulentando a com mais propriedade inamovivel, concorrendo com a carestia de alugueres; e aformoseando consideravelmente aquelles sitios. Honra seja á camara municipal que tão corajosamente se associou n'esta obra do progresso».

A 13 de Junho, repetia-se a festa, descrita n'*O Ocidente* de modo entusiástico. Contava-se que o Sindicato ofereceu à cidade «uma brilhante festa» destinada não só ainda a homenagear Camões, como a marcar a inauguração do bairro, que se julgava ser um «empreendimento de que a capital muito tem a esperar se os seus promotores não afrouxarem no empenho que se propozeram de dotar Lisboa com alguns arruamentos novos, proporcionando à população novas habitações construídas sob um plano mais nacional, em condições hygienicas e economicas mais favoraveis do que as observadas até hoje».

Evocava-se as iluminações, efectuadas nos jardins do palácio dos condes de Redondo. O fogo-de-artificio fora fabricado para a festa pelo pirotécnico inglês James Pain, conseguindo transformar o espaço num «recinto encantado das *Mil e uma noites*»<sup>28</sup> (Fig. 5). Mais sarcástica era a caricatura publicada em *O António Maria* de 17 de Junho, de que Rafael Bordalo Pinheiro era director, em que o desenho ilustrativo do mesmo ambiente apresentava o seguinte comentário: «O fogo do pyrotechnico Pain, esplenderoso, a ponto de se communicar aos proprios chapéus das damas! Henry Burnay, com a sua varinha magica, inaugurou o bairro com um *Conto das mil e uma noites!*»<sup>29</sup> (Fig. 6).

Entretanto, a 4 de Julho, desse ano, foi realizado um «Banquete no Bairro Camões», que foi noticiado por *O Ocidente*. Nele se relatava que ao evento concorreram «quatrocentos cidadãos, industriaes, artistas, commerciantes, escriptores, representantes enfim de todas as profissões». O banquete fora «offerecido á comissão executiva da imprensa e camara municipal de Lisboa, em testemunho de reconhecimento



Fig. 4 – Francesco Rocchini, «Cerimónia da inauguração oficial do bairro de Camões no âmbito da comemoração do III centenário da morte de Camões». Fotografia, PT/AMLSB/BAR/000704.

pelo esplendor e acerto com que as festas do tricentenário de Camões foram levadas a efeito». Dizia-se ainda que «O festim teve logar n'um elegante pavilhão levantado nos jardins do velho solar do palacio do conde de Redondo, que defronta com os terrenos do novo bairro Camões»<sup>30</sup>.

Corria também a ideia de se realizar no novo bairro, em 1882, uma exposição nacional, peninsular ou mesmo universal - ideia essa que não se concretizou<sup>31</sup>. Guilherme de Azevedo (1839-1882), que dava a notícia n' *O Ocidente*, alvitava que, se esta ideia fora provocada pela inauguração do bairro e este pelo tricentenário, «aqui temos nós já um milagre feito por intervenção d'um d'estes *canonisados* que o seculo XIX começa a inscrever no seu *Flos sanctorum*»<sup>32</sup>.

Do outro lado da Avenida da Liberdade, data de 1882 a fundação do Bairro Barata Salgueiro, projectado em terrenos que pertenciam ao advogado Antão Barata Salgueiro (1814-1895), entre São Mamede e a Avenida da Liberdade, onde eram as quintas e hortas do Vale do Pereiro. Segundo Norberto de Araújo, são desse ano «as designações dadas às artérias do bairro» (Araújo, 1993, 40-41), entre as quais a Avenida Alexandre Herculano, que, em 1939, se iria prolongar até ao Bairro Camões, unindo-se com a Rua de Santa Marta. O Bairro Barata Salgueiro e o de Camões estabeleceram uma simetria que, de certo modo, se opunha, pois enquanto o primeiro era mais «aristocrático», o segundo era uma «operação privada para a pequena e média burguesia, com o eixo principal na Rua do Conde Redondo»<sup>33</sup>.

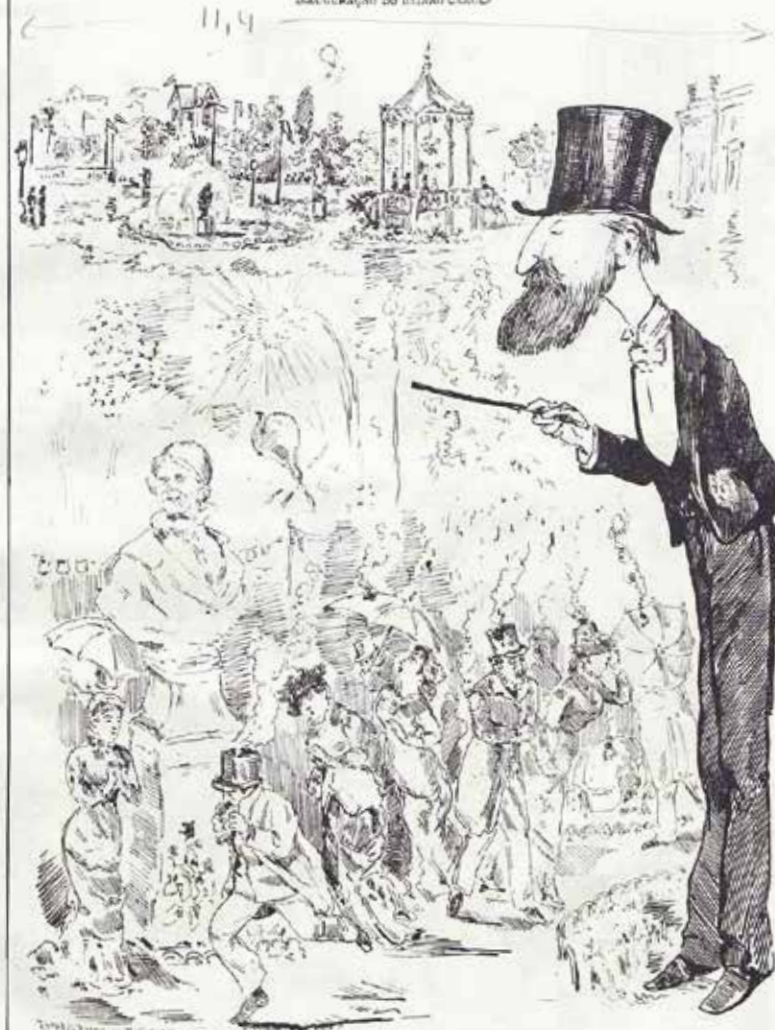
Em 1885, fez-se a abertura oficial da Avenida da Liberdade, tendo sido no final desse mesmo ano que foi publicado o parecer da Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais, lembrando que convinha «regular os prazos em que devem fazer-se as obras do bairro Camões, a que a Camara se obrigou por escriptura celebrada em 8 de Junho de 1880 com a firma Henry Burnay & C.<sup>a</sup> como representante do Sindicato dos Terrenos de Santa Martha». A Comissão acordou «com aquella firma em que se procedesse imediatamente à abertura da Avenida da Índia (...) e ao alargamento e regularização da Rua de Santa Martha, (...) ficando a execução das restantes obras adiada»<sup>34</sup>. No ano seguinte, 1886, Ressano Garcia apresentou uma planta geral do Bairro Camões.

As obras que iam avançando eram sobretudo na área envolvente ao bairro. Um documento de 20 de Maio de 1890, sobre a estrada da Cruz do Taboado, refere que os moradores da Rua do Sacramento e Rua do Andaluz pediam para se procedesse «ao alargamento da estrada da Rua do Taboado na parte confinante com o muro e terreno pertencentes ao Instituto de Agronomia e Veterinaria». Dizia-se que esta obra seria «um melhoramento (...) necessario e conveniente para normalisar a largura da referida rua e ser o complemento indispensável das obras de alargamento a que ja se ali se procedeu, na parte que liga com a Rua de Gomes Freire»<sup>35</sup>.

Neste requerimento, é curioso verificar a sobreposição da velha toponímia de Cruz do Taboado com a de Gomes Freire. Atentando à cartografia de Lisboa de Filipe Folque, vemos que a Rua Gomes Freire segue o alinhamento de um antigo percurso que originava no Largo da Cruz do Taboado, passava por ser «rua» e depois «estrada» da Cruz do Taboado, desembocava na Carreira dos Cavalos e, por fim, no Campo dos Mártires da Pátria. Data de 1879 o edital que confere o nome de Gomes Freire à Carreira dos Cavalos, sendo de presumir que o nome de Gomes Freire se tenha estendido até ao Largo da Cruz do Taboado já no início do século XX, conforme veremos. Entretanto, em 1893, a direcção do Bairro Camões pediu à Câmara para autorizar a Companhia das Águas a desviar a canalização de um troço do Aqueduto das Águas Livres que separava a estrada da Cruz do Taboado dos terrenos da Quinta de Santa Marta. O troço só foi demolido em 1897<sup>36</sup>.



**Chronica do centenário**  
INAUGURAÇÃO DO BAIRRO CAMÕES



O fogo do pyrotechnico Paín, esplendoroso, a ponto de se communicar aos proprios chapéus das damas! Henry Burns, com a sua varinha mágica, inauguro o bairro com um fogo de mil e uma voltes.

Fig. 6 – Rafael Bordalo Pinheiro, «Chronica do Centenario, Inauguração do Bairro Camões», *O António Maria*, 17/6/1880, n.º 55, p. 199.

## O bairro em construção

As obras do Bairro Camões pouco avançavam, mas, na década de 90 ganhariam outro impulso. A importância de Burnay no seio da alta burguesia capitalista portuguesa continuou a crescer: no início dos anos 1890, era um dos 40 maiores contribuintes e integrava a Comissão de Recenseamentos. Em 1886, adoptou a nacionalidade portuguesa e, a 7 de Agosto, D. Luís concedeu-lhe o título de conde de Burnay. No ano de 1894, foi pela primeira vez eleito deputado para a Câmara dos Deputados, pelo círculo de Pombal.

Em Maio de 1896, foi assinado o contrato de construção da Avenida da Índia, com a Sociedade Bairro Camões, pois o Sindicato das Terras de Santa Marta tinha-se constituído em sociedade anónima «Bairro Camões» por escritura de 29 de Agosto de 1892<sup>37</sup>. Na escritura da avenida estiveram presentes, como representantes da sociedade, os directores conde de Burnay e o negociante Joaquim Simões de Almeida. No texto dessa escritura, referia-se que a Câmara Municipal aprovara «na sessão de 17 de Abril último» o projecto da Avenida da Índia, com o «respectivo orçamento, estudado pela Direcção geral do serviço de obras municipaes, em harmonia com o plano geral da zona do Parque da Liberdade (...)». As condições eram que a Câmara se obrigava a construir a Avenida da Índia no prazo de um ano; em contrapartida, a Sociedade Bairro Camões cedia o terreno e fornecia um empréstimo até 92 600\$000 reis<sup>38</sup>.

Só em 1898, foi aprovada a directriz da Avenida da Índia, considerada de utilidade pública e urgente, por «deixar um padrão do glorioso acontecimento nacional da descoberta da Índia» (Cabral, 1997, 120). Se a avenida tivesse sido inaugurada nesse ano, o Bairro Camões ficaria associado aos festejos do Centenário da Índia, como já ficara associado aos do Centenário de Camões. Porém, a licença para a construção das ruas data de 1899 e o nome dessa avenida passaria a ser, em 1902, Duque de Loulé.

Numa planta «de parte da cidade baixa e avenida da Liberdade com os projectos das zonas do parque da Liberdade, da Avenida das Picoas ao Campo Grande, ruas adjacentes e bairro Camões»<sup>39</sup> (1897) (Fig. 1). O traçado dos principais quarteirões do Bairro Camões está já delineado e marcada a Avenida da Índia. Em 1898, um relatório da direcção da Companhia Bairro Camões dá conta de que ainda não podiam proceder à venda de terrenos porque as ruas ainda não estavam realizadas<sup>40</sup>.

Em 1900, o projecto estava concluído e iniciada a edificação, apesar de subsistir uma questão quanto à cedência governamental dos terrenos da cerca de Santa Joana (Cabral, 1997, 120). Data de 10 de Dezembro de 1901 uma planta das ruas construídas pela Companhia Bairro Camões<sup>41</sup> (Fig. 7). A planta é assinada por Augusto César dos Santos, chefe da 3.<sup>a</sup> Repartição do Serviço Geral de Obras Públicas da Câmara Municipal de Lisboa, e deve ser conjugada com outra planta da mesma data e rubricada pelo mesmo<sup>42</sup>. Os lanços de ruas entregues incluíam a ligação entre a Avenida da Índia e o Largo da Cruz do Taboado; o troço de ligação entre a Rua n.º 8 (actual Rua Gonçalves Crespo) e a Avenida a Índia; incluiu-se ainda a entrega de um troço da Avenida do Campo de Santana (actualmente Rua Luciano Cordeiro) no espaço entre a Avenida da Índia e a Rua n.º 3 (actualmente Rua Bernardim Ribeiro); o troço da n.º 3 entre a Avenida do Campo de Santana e a Rua n.º 4 (actualmente Rua da Sociedade Farmacêutica); um troço da Rua n.º 4 entre a Avenida da Índia e a Rua do Conde de Redondo. Saliente-se ainda o facto de

surgir uma Rua Duque de Loulé, curta e em diagonal, iniciando na Praça Marquês de Pombal e terminando na Rua Camilo Castelo Branco, que formava um primeiro troço da Avenida da Índia.

A outra planta regista a entrega à Câmara da «Avenida» Conde de Redondo e do troço da Rua n.º 4 que vai da Conde de Redondo, passa a n.º 3 e termina no palácio de Santa Marta. É de assinalar que esta planta apresenta já, em paralelo com a numeração das ruas, alguma da toponímia que seria adoptada: Avenida Duque de Loulé em vez de Avenida da Índia (mas mantendo a pequena Rua Duque de Loulé na diagonal); Luciano Cordeiro em vez de Avenida do Campo de Santana; Bernardim Ribeiro em vez de n.º 3; e Rua da Sociedade Farmacêutica Lusitana (fundada em 1835), em vez de n.º 4 (Fig. 8).

O edital que deu o nome à Rua da Sociedade Farmacêutica data de 31 Janeiro de 1901<sup>43</sup> e foi nessa época que a sociedade se instalou nessa rua. No *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, de 1901, podemos ler que a sede da Sociedade Farmacêutica passou em janeiro desse ano para uma casa própria na Rua da Sociedade Farmacêutica, construída pela Companhia Edificadora Portuguesa. Na altura, havia quem lamentasse que a «casa fica[va] um pouco affastada do ponto de maior movimento da cidade, que é a Baixa», mas declarava-se que ela estava «collocada muito próximo da Avenida da Liberdade, que, como todos sabem, é um dos pontos de maior concorrência de Lisboa (...)». Com alguma perspicácia (e optimismo) alvitrava-se:

«Até ha pouco, a cidade estendia-se ao longo do nosso famoso e formoso Tejo, tendo ultimamente toda a tendencia para se alargar para o norte, devendo o bairro onde está a casa da Sociedade d'aqui a tempo não muito remoto, pelo desenvolvimento que tem havido, ser o coração de Lisboa»<sup>44</sup>.

De 5 de Dezembro de 1902 é o edital que deu o nome de Bernardim Ribeiro à Rua n.º3, homenageando o poeta renascentista - sendo esta rua apenas concluída mais de dez anos depois. Outras ruas receberam o seu nome em 1902 (levando a crer que tenha sido um ano importante na construção do bairro): de 11 de Dezembro é o edital que baptiza a Rua do Conde de Redondo (homenageando os antigos proprietários do terreno); a de Luciano Cordeiro (1844-1900) (falecido pouco tempo antes) e a do poeta Gonçalves Crespo (1846-1883) (antiga Rua n.º 8).

Deste edital de 11 de dezembro de 1902, deixamos para o fim a Avenida Duque de Loulé, que substituiu o nome inicialmente projectado de Avenida da Índia. O duque de Loulé, de seu nome Nuno José de Mendonça Rolim de Moura Barreto (1804-1875), foi personalidade destacada da implantação da Monarquia Constitucional. De família nobre, casou-se em 1828 com a infanta Ana de Jesus Maria de Bragança, filha de D. João VI e D. Carlota Joaquina. Desembarcou com D. Pedro IV no Mindelo, foi ministro dos Negócios Estrangeiros e da Marinha (1833), governador civil de Coimbra (1846) e presidente do Conselho (1856 e 1860). Filho do marquês de Loulé, tornou-se duque em 1863<sup>45</sup>.

Entretanto, por deliberação da Assembleia Geral de 9 de Maio de 1903, os directores da Companhia do Bairro Camões passaram a ser António Joaquim Simões de Almeida e o proprietário George Lambert<sup>46</sup>. Em Junho desse ano, um edital nomeava mais três ruas: Bernardo Lima (1824-1831) (agrónomo e veterinário, que foi lente de Zootecnia e de Higiene, no Instituto de Agronomia e Veterinária); Fer-

reira Lapa (1823-1892) (professor e agrónomo, que ensinou no Instituto Agrícola, do que foi nomeado seu diretor em 1876); e Sousa Martins (1843-1897) (médico e professor da Escola Médico-Cirúrgica). No mesmo ano, fez-se a pavimentação da Rua Joaquim Bonifácio, no prolongamento da Rua do Conde de Redondo, articulando o Bairro Camões com o da Estefânia.

Data de 5 de Fevereiro de 1904 uma planta com a ligação do Bairro Camões à zona da Estefânia e Avenida das Picoas, assinada por Henrique Sabino dos Santos, chefe da 4.<sup>a</sup> Secção da 3.<sup>a</sup> Repartição da Câmara Municipal de Lisboa<sup>47</sup> (Fig. 9). Nesta planta, a Avenida Duque de Loulé já tem um alinhamento actual. A estrada da Cruz do Taboado, que termina no Largo da Cruz do Taboado (hoje Praça José Fontana), já se intitula Gomes Freire - nome que perpetua a memória do general Gomes Freire de Andrade (1757-1817).

No ano de 1904, o Sindicato entrou em liquidação. Segundo o estudo de Álvaro Silva (1996, 618-619), e tanto «quanto transparece dos pedidos de licenças de edificação», o Sindicato não construiu um

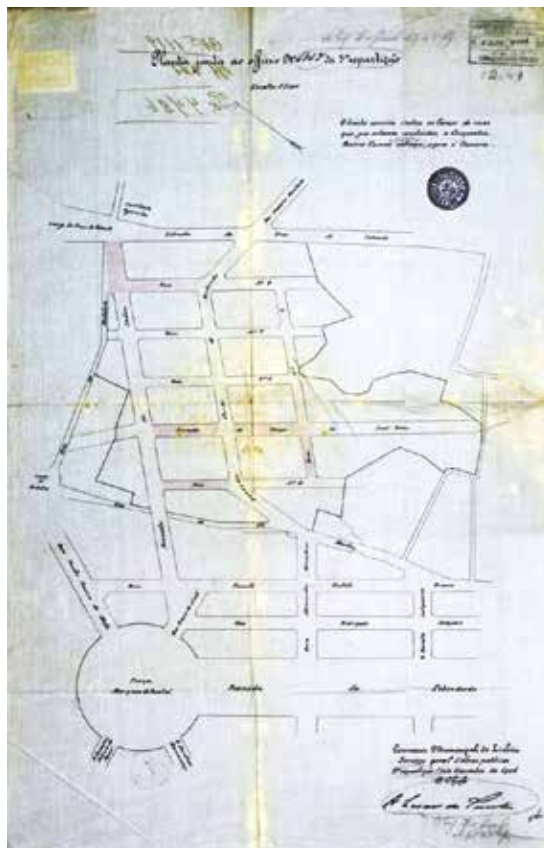


Fig. 7 - [Ruas construídas pela Companhia Bairro Camões] Arco Cego, 1901-12-10, Santos, Augusto César dos, AML - PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00551.

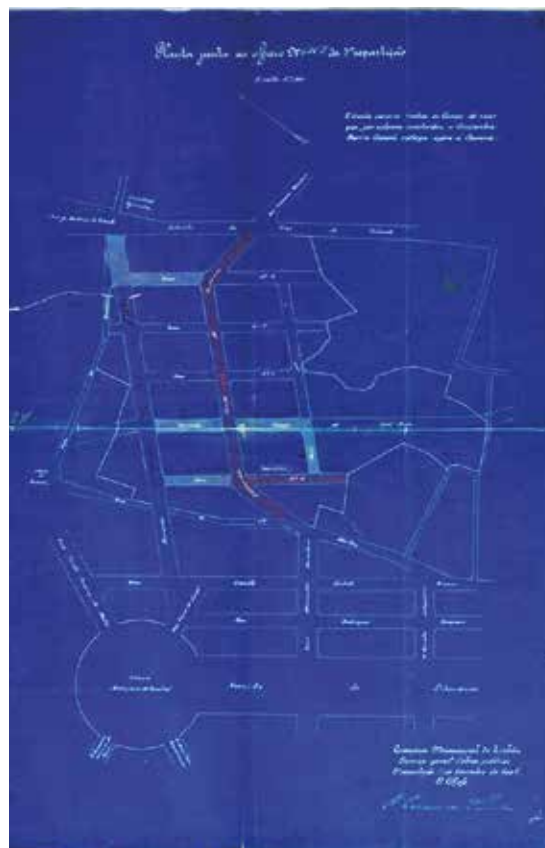


Fig. 8 - [Planta do Bairro Camões], 1901-12-10, Santos, Augusto César dos, Cota Cx 89 DSU, AML - PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/01182.

«único prédio, embora tenha vendido terrenos, como o que alberga o Palácio Sotto Mayor, comprado por Cândido Sotto Mayor, em 17 de Junho de 1902, e tenha construído alguns troços de ruas até 1902». E acrescenta:

«Os anos finais do século XIX e a primeira década do nosso século são de intensa construção nesta zona, mas trata-se de iniciativas isoladas (...). Assim, a única intervenção do Sindicato no sector imobiliário teria sido no loteamento e posterior venda dos lotes edificáveis. Mesmo o empréstimo de fundos à CML parece não se ter concretizado, a julgar pelos registos financeiros da CML»<sup>48</sup>.

Em 1904, ainda se pretendia prolongar a Rua da Sociedade Farmacêutica, mas havia questões de aquisição de um terreno do convento de Santa Marta que pertencia ao Hospital de São José (Cabral, 1997; 120-121). A 21 de junho de 1905, fez-se a «Compra a D. Frances Davidson Perestrello de Vasconcellos [1862-1930] casada com Eduardo Antonio Perestrello de Vasconcellos [n. 1867], dos prédios situados na Rua de S.ta Martha, N.o 239 a 251 e 253 a 263 necessários, para a abertura da Avenida Duque de Loulé»<sup>49</sup>. Em 29 de Novembro, realizou-se a escritura de compra de uma faixa de terreno para a Avenida Duque de Loulé, à Companhia Bairro Camões. Nela estiveram presentes o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António de Azevedo Castelo Branco (1842-1916), bem como os directores do Bairro Camões, António Joaquim Simões de Almeida e George Lambert. Referia-se que segundo a escritura de 17 de Abril fora adjudicado à Sociedade Bairro Camões a empreitada de execução das expropriações e obras necessárias para a conclusão da avenida, «a ligar a Praça Marquez de Pombal com o Largo da Cruz do Taboado, em frente ao Instituto Agrícola no troço compreendido entre as ruas Rodrigues Sampaio e Gonçalves Crespo»<sup>50</sup>.

Em 1909, ano em que morreu Burnay, concluiu-se a construção do Liceu Camões, havendo um desenvolvimento das áreas habitacionais envolventes (Gonçalves, 2012, 27). Também de 1909 data uma planta de Lisboa, assinada por Caldeira Pires (1854-1930), publicada pelo *Anuario Commercial de Portugal*, que apresenta as ruas do bairro com um traçado e uma toponímia semelhantes às actuais<sup>51</sup>.

Contudo, a construção das ruas ainda não terminara. Data de 16 de Janeiro de 1911 o projecto do prolongamento da Rua Luciano Cordeiro a ligar o Bairro Camões com o Campo Mártires da Pátria. Numa planta relacionada com esse projecto, assinada por Alberto de Sá Correia, agente técnico de engenharia da 3.ª Repartição da Câmara Municipal de Lisboa, vê-se assinalada a Rua Bernardo Lima (antiga Rua n.º 6)<sup>52</sup>. Há um requerimento de 7 de Março de 1912 da Sociedade Bairro Camões para construir um troço da Rua Luciano Cordeiro, «prolongando-a em terrenos do Bairro Camões, entre a Rua Bernardim Ribeiro e a calçadinha de Santo António», oferecendo o terreno e construindo-a à sua conta, para «ser incorporada na viação municipal». O requerimento foi aprovado na sessão de 29 de Janeiro de 1913<sup>53</sup>. Ainda nesse ano de 1912, foi concluída a Rua Bernardim Ribeiro e Ferreira Lapa<sup>54</sup>.

No Arquivo da Câmara Municipal existe uma planta da área, com data de Junho de 1910, em que se observa que a Avenida Bernardim Ribeiro ainda não está concluída no troço que vai da Luciano Cordeiro até à Ferreira Lapa<sup>55</sup>. Na mesma planta, vemos que a Rua da Sociedade Farmacêutica também terminava pouco depois do cruzamento com a Bernardim Ribeiro, travando nos terrenos de Rilhafoles.

A avaliar pelo *Levantamento de Lisboa de 1911*, igualmente dirigido por Silva Pinto, podemos verificar que a construção de habitações era significativa, sobretudo ao longo da Rua Conde de Redondo e da Sociedade Farmacêutica, estando completo um quarteirão que ficava ladeado por essas duas ruas, juntamente com Bernardo Lima e Bernardim Ribeiro. Também já ia avançada a construção de edifícios na Rua Ferreira Lapa e em algumas zonas da Duque de Loulé.

A 4 de Abril de 1913, fez-se a escritura de concessão de licença, para a construção de um troço da Rua Luciano Cordeiro, à Companhia Bairro Camões. Nesse acto estiveram presentes o presidente da comissão administrativa da Câmara, António Xavier Correia Barreto (1853-1939); bem como os directores do Bairro Camões: Roberto Burnay (f. 1930), filho de Henrique Burnay, comerciante e sócio-gerente da firma Henry Burnay, e António Joaquim Simões de Almeida<sup>56</sup>. Uma carta de 18 de Junho de 1913, da Sociedade Bairro Camões, declara que foi concluída a construção da Rua Bernardim Ribeiro, faltando o «assentamento de tubagem e candieiros de iluminação»<sup>57</sup>. No ano de 1916 (28 de agosto), outro ofício informava que fora assinada a escritura lavrada em 24 de Agosto, da entrega feita pela Companhia de dois troços das Ruas Bernardim Ribeiro (parte compreendida entre as Ruas Ferreira Lapa e Luciano Cordeiro) e Luciano Cordeiro (parte compreendida entre as ruas Bernardim Ribeiro e Calçadinha de Santo António)<sup>58</sup>. Data ainda de 1916 a entrega de dois troços das Ruas Bernardim Ribeiro e Luciano Cordeiro à Câmara, cuja escritura remontava a 1899<sup>59</sup>. Terá sido nesta época que o urbanismo do bairro ficou praticamente concluído, 26 anos após a sua inauguração oficial, com uma mudança de regime pelo meio e em plena primeira Guerra Mundial.



Fig. 9 – [Planta do Bairro Camões], 1904-02-05, Santos, Henrique Sabino dos, Cota Cx 94 DSU - pl 6396, AML - PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/01319.

## Sobre a arquitectura do bairro

Sobre os edifícios construídos, os textos da época são geralmente pouco abonatórios. O poeta e dramaturgo Thomaz Ribeiro Colaço (1899-1965), em 1921, num artigo publicado na *Ilustração Portuguesa*, falava em prédios «modernos, banaes, correctamente alinhados»<sup>60</sup>. No *Guia de Portugal*, cuja primeira edição é de 1924, refere-se que o bairro de Camões é «um dos mais populosos de Lisboa, mas todos os seus prédios são de grande uniformidade de construção, de pouca solidez e nenhuma beleza». Porém, a Avenida Duque de Loulé era olhada como «um amplo e arejado arruamento, plantado de acácias brancas e com algumas boas edificações»<sup>61</sup>.

Testemunhando, contudo, a crescente vivência do bairro, a 24 de Julho de 1927, foi publicado o primeiro número do semanário *O Bairro Camões*, dirigido por Ernesto Alegria. A 15 de Agosto desse ano o semanário já utilizava as suas páginas para defesa do bairro, reclamando «Por um Bairro Camões maior!». Em Novembro, numa rubrica intitulada «Melhoramentos no Bairro Camões», pode ler-se: «A abertura da Rua Sousa Martins; a demolição dos casebres para alargamento da Rua Gomes Freire, até ao Campo dos Mártires da Pátria; a demolição e nova construção da muralha da mesma rua Gomes Freire, que irá alinhar com o novo edificio da Escola de Medicina Veterinária» / «São obras importantes e de embelezamento».

Num longo artigo de 1933 (4 de maio) publicado no *Diário de Notícias*, já citado, encontra-se mais informação sobre o bairro e a sua história<sup>62</sup>. É de notar que nessa época ainda subsistiam ao fim da Rua Luciano Cordeiro, à esquerda, umas casas de moradia humilde anteriores ao bairro e que faziam parte integrante das «terras do Marquês de Borba». No texto surge também um testemunho do presidente da Junta de Freguesia do Camões, Pedro Terenas, que opinava que este era um bairro «relativamente rico, mas onde há alguma pobreza, sobretudo nas ruas á direita de Santa Marta». Aspirava-se às «obras de demolição do velhos predios, para o alinhamento de ruas», nomeadamente na Rua de Santa Marta para o Conde de Redondo. Acrescia que entre os prédios 24 e 26 da Rua Luciano Cordeiro existia apenas principiada uma rua, que já estava «cercada de construções», mas que ainda não tinha nem candeeiros, nem esgotos, nem calcetamento, nem sequer nome<sup>63</sup>. O presidente salientava que «o Bairro Camões, [era] dos mais modernos, saudáveis e bem frequentados de Lisboa»<sup>64</sup>.

Nos anos 30 algumas modificações importantes seriam feitas no bairro. Em 1938, por decisão camarária, foi demolido o palácio que pertenceu à condessa de Edla, viúva de D. Fernando II, e, no seu lugar, abriu-se a «embocadura» da Rua Alexandre Herculano (Costa, 1960, 76). A 25 de Outubro de 1939, o «Presidente da Câmara, acompanhado de alguns vereadores e altos funcionários do Município, inaugurou o novo trôço da R. Alexandre Herculano»<sup>65</sup>. No *Diário de Lisboa* desse dia, podia ler-se: «Começou a ser utilizado pelo publico o prolongamento da Rua de Alexandre Herculano, até Santa Marta, embora não estejam ainda concluidas a colocação de candeeiros e a ligação com a rua Camilo Castelo Branco»<sup>66</sup>.

## Uma visita ao bairro, hoje....

**Raquel Henriques da Silva**

«( ) o bairro tem um ar citadino, desempenado, de vista larga sobre o resto da cidade. O bairro Camões é essencialmente burguez, com simetria de movimentos, tal a simetria das suas dez arterias principais. Edificios altos, de aparencia confortavel, mas em regra de deficiente construção»<sup>67</sup>.

Na sua mensagem positiva, considero que esta afirmação de 1933 é ainda verdadeira. Claro que há diferenças consideráveis: pelo trânsito que cresceu enormemente, sobretudo na Avenida Duque de Loulé e nas Ruas Conde de Redondo e Luciano Cordeiro; mas também pela altura de prédios de substituição das primeiras construções que nos fazem sorrir dos «edificios altos» de então, contidos nos limites dos cinco andares. Quanto à «deficiente construção», é difícil apurar se ela era maior então do que agora, sendo de admitir que é preferível evitar afirmações drásticas, tanto para o passado como para o presente. Ainda assim, fica o essencial: a simetria das ruas e dos quarteirões, a «aparência confortável» do bairro «burguês».

Esta impressão de «aparência confortável» nasce, em primeiro lugar, da «simetria de movimentos» que é de grande clareza urbanística: a já referida malha ortogonal das ruas expressa fácil legibilidade, orientação e circulação, de acordo, no essencial, com os valores oitocentistas do fazer cidade. Com dois traços particularmente lisboetas que dinamizam os «movimentos» da «simetria»: a pequena escala do bairro, que se percorre a pé em pouco mais de meia hora; as subidas e as descidas a que somos obrigados porque todas as ruas têm declives, em alguns casos relativamente acentuados. Temos, portanto, um chão definido pela esquadria das ruas de reduzida amplitude, reforçado pela adequação da superfície dos passeios, mas também o habitual sobe e desce lisboeta, gerador de um enriquecimento de vistas e desafiador da marcha.

A arquitectura completa e amplia a clareza urbanística. São raros os bairros de Lisboa com um século de existência que, fora das referidas artérias principais, mantêm um número tão considerável de prédios iniciais. Esta agradável sensação está rigorosamente estudada: Catarina Gonçalves afirma que, dos 227 edificios analisados no Bairro Camões, 127 «datam até ao início do século XX», sendo que, até à década de 1920, havia ainda muitos lotes vagos. Mais importante ainda, refere a rara permanência da função inicial de habitação: «para doze quarteirões», 41% dos edificios são destinados apenas à habitação, mas 91,1% mantêm essa função a par de outras, sobretudo pequeno comércio. Outro indicador importante: «44,9% dos prédios são de cinco pisos e 18,1 de quatro»! Finalmente, tendo selecionado «99 edificios só habitacionais», a autora verificou que «80% estão parcialmente reabilitados e 13% totalmente reabilitados»<sup>68</sup>.

Catarina Gonçalves compara estes valores com indicadores idênticos do Bairro Barata Salgueiro, cuja edificação arrancou também nos últimos anos do século XIX, do lado ocidental da actual Avenida da Liberdade. Conclui que as diferenças são abissais, no que se relaciona com a mudança de usos, a substituição do edificado original e a densidade da construção em altura. Se a comparação fosse feita com o Bairro das Picoas (que irá crescendo nos limites ocidentais das ruas do nosso bairro, passando para o outro lado da Avenida Fontes Pereira de Melo), o sentido das diferenças enunciado acentuar-se-ia

consideravelmente. Mas, em relação à Estefânia ou mesmo Campo de Ourique, talvez os valores conservadores se aproximassem dos que a autora apurou para o Bairro Camões, pelo menos nos quarteirões marginando os eixos menos centrais. O que têm eles em comum? Uma ocupação pequeno-burguesa que parece ter maior continuidade do que a oriunda dos meios da média e alta burguesia e da aristocracia; mas também os circuitos da grande circulação que, concentrando-se nos eixos direcionais, permite às outras ruas uma inusitada tranquilidade.

Há então tempo e motivação para olhar para as casas, através das suas fachadas/rostos<sup>69</sup>. Face às práticas lisboetas nos bairros novos de 1900, encontra-se uma rara constante: embora existam pequenos prédios de dois ou três andares, e raríssimas moradias (contei duas, uma na Rua da Sociedade Farmacêutica (Fig. 10), outra na excêntrica Rua Eça de Queirós), o que largamente predomina são conjuntos prediais de quatro ou cinco pisos, diferenciando-se entre si pelo desenho, emolduramentos e ritmos de distribuição dos vãos, de peitoril ou de sacada; estes apresentam, quase sempre, pequenas varandas com guardas de ferro cuja variação de desenhos continua, ao que sei, a aguardar estudo sistemático, aqui, como por toda a cidade. Estes conjuntos prediais (Fig. 11), quase sempre destinados apenas a habitação, são o que se designa por «arquitectura corrente»: desenhada, submetida a aprovação, edificada e negociada por construtores civis que podem dispensar a colaboração de arquitectos; eles manejam práticas que têm mais de 50 anos, desde que a Câmara Municipal, a partir de 1840, organizara a sua repartição técnica, sob direcção de Pierre Joseph Pézerat e, mais convincentemente, desde 1874, com Frederico Ressano Garcia.

Desde a década de 1910, os mestres-de-obras e empreiteiros que promoveram centenas de edifícios habitacionais em Lisboa foram depreciativamente designados por «gaioleiros», termo recuperado em estudos recentes sobre as suas características construtivas<sup>70</sup>. Considera-se que eles manifestam um empobrecimento das técnicas pombalinas generalizadas na cidade pós-terramoto, quer do ponto de vista estrutural, quer das diversas componentes da construção e mesmo das opções decorativas. Sem entrar neste tópico – que em muito ultrapassa o convite ao passeio pelo bairro –, o que nos é dado a ver (confirmando o levantamento de Catarina Gonçalves) é que muitos destes prédios se encontram aparentemente em bom estado, fruto de intervenções recentes de restauro ou conservativas. A par da dinamização nascida da diversidade de desenho de vãos e varandas e da sua distribuição, é frequente a utilização de azulejos de produção industrial para cobrir as fachadas, com padrões geométricos comuns (Fig. 12), enriquecidos com frisos florais que, em casos mais raros, ocupam também os frontões (Fig. 13).

Encontrei apenas dois painéis de azulejos historiados: um num tímpano da Rua da Sociedade Farmacêutica, n.º 6, representando um cavaleiro tauromáquico, assinado, creio, com as iniciais *JP* (Fig. 14); outro na Rua Bernardim Ribeiro, n.º 12 (Fig. 15), representando a pintura de Columbano Bordalo Pinheiro, *Camões e as Tágides*, 1894, que pertence ao Museu Nacional Grão-Vasco, Viseu. Esta curiosa cópia azulejada está assinada por *Pereira J.* e datada de 1907, que poderá muito bem ser a data da edificação do prédio, bom exemplar da referida «arquitectura corrente» que atrás mencionei. Pelo que foi possível observar em dois passeios pelo bairro, este é o único registo que evoca o nome de Camões que deu nome ao bairro.

Se os prédios relativamente modestos, respeitando o loteamento inicial, foram predominantes no bairro, edificaram-se outros com fachadas mais decoradas, seguindo modelos compositivos ecléticos



Fig. 10 – Rua da Sociedade Farmacêutica, n.º 39, 1914.



Fig. 11 – Rua Ferreira Lapa.

que fundem heranças académicas com marcações neo-românicas e arte nova. Em face das existências actuais, os exemplares mais notáveis localizam-se no troço final da Rua da Sociedade Farmacêutica e, mais destacadamente, na Rua Duque de Loulé, embora os encontremos também dispersos por outras artérias. Nos processos de obra que pudemos consultar, não encontramos menção a arquitectos, mas eles devem pelo menos ter participado nas obras mais complexas. No entanto, tendo como referente os mais activos nas Avenidas Novas (Norte Júnior, Ventura Terra, Miguel Nogueira, Ernesto Korrodi ou Álvaro Machado) não é fácil estabelecer comparações e sugerir atribuições.

Destaco especialmente dois grandes prédios, cujos projectos entram na Câmara Municipal em 1913: situam-se ambos no final da Av. Duque de Loulé (Fig. 16 e 17) e a análise actual permite verificar que, em termos exteriores, a sua volumetria, valores compositivos e decorativos se mantêm intactos em relação aos desenhos iniciais de projecto<sup>71</sup>. O pedido de licença de construção do primeiro foi apresentado por António Luís Guerra, sendo o construtor civil António Luís; o do segundo foi apresentado por Bernardino Lopes e não há qualquer menção a construtor responsável. Não seria preciso porque Bernardino Lopes era um activo empreiteiro tomarense, responsável, por exemplo, já na década de 1920, por um conjunto de três prédios da Avenida da República cujo projecto é do arquitecto Edmundo Tavares<sup>72</sup>. Estaremos em pleno âmbito da actuação dos tomarenses, mas a propagada má qualidade das suas obras não tem aqui qualquer confirmação: os prédios mantêm-se expressivos e falantes, ocupando importantes lotes; no caso do que é construído sob responsabilidade directa de Bernardino Lopes, atente-se na escala rara na época: cinco pisos sobre a Av. Duque de Loulé e sete sobre a Rua de Santa Marta. A cuidada acção de conservação de que foram ambos objecto recentemente constitui uma espécie de metáfora feliz das possibilidades de sobrevivência destas grandes casas com mais de um século, erguidas no período conturbado da Primeira República, que muito apoiou e promoveu os ambiciosos empreiteiros tomarenses.

Há ainda outra proposta que quero deixar aos eventuais passeantes pelo bairro: avançando para a sua parte mais protegida, para sul da Rua Conde de Redondo, pode verificar-se que a Rua da Sociedade Farmacêutica não tem comunicação externa desse lado: os seus primeiros números ladeiam uma operativa entrada, através de portão, do Hospital de Santa Marta. Mais acima, algo idêntico, mas mais radical, acontece com as Ruas Gonçalves Crespo e Ferreira Lapa (Fig. 18 e 19), que arrancam de elevados muros do Hospital Miguel Bombarda, antes Casa da Congregação da Missão de Rilhafoles. No último caso, o prédio n.º 1 fica «a cavalo» de um lado de uma verdadeira muralha. Refira-se ainda a Rua Luciano Cordeiro, que, próximo do seu início, abre a Rua Luís Patrício, subindo ao longo de outro lado do muro circundante do mesmo Hospital Miguel Bombarda.

Trata-se de aspectos curiosos, muito distintos do final norte das ruas que se articulam, com tranquilidade aberta, com a Avenida Duque de Loulé. Aquelas vedações súbitas recordam a importância dos conventos na área envolvente do bairro que, depois da extinção segundo a lei de 1834, encontraram outras utências que ali foram predominantemente hospitalares. Do lado oposto, não há muros nem vedações porque a ampla cerca do prestigiado convento de Santa Joana foi integralmente loteada<sup>73</sup> (Fig. 20).

Abrimos assim o peso cativante da História, num lugar onde aparentemente ela não existe. Deste ponto de vista, tenho outra sugestão a propor aos passeantes: se do lado sul, correspondente aos primeiros números, a Rua Ferreira Lapa é fechada por um troço do muro do Hospital Miguel Bombarda, do lado norte prolonga-se, para lá da Rua Duque de Loulé, até à Rua do Andaluz, velhíssimo caminho



Fig. 12 – Rua Ferreira Lapa, nº 23.



Fig. 13 – Rua Bernardim Ribeiro, nº 57.



Fig. 14 – Rua da Sociedade Farmacêutica, nº 6. Tímpano: cavaleiro taumáquico em praça de touros, assinado JP?



Fig. 15 e 15a – Rua Bernardim Ribeiro, 12. Composição azulejar sobre a porta: cópia da pintura de Columbano Bordalo Pinheiro, *Camões e as Tágides*. Ass e dat.: Pereira J pintou 1907.



Fig. 16 – Av. Duque de Loulé/ Camilo Castelo Branco 111-119, 1912.

Fig. 17 – Av. Duque de Loulé 104, 1914.

de pé posto que vindo da Rua de Santa Marta inflectia para este, comunicando com a igualmente vetusta Rua da Carreira dos Cavalos, hoje Rua Gomes Freire, onde outro importante arruamento do bairro, a Bernardim Ribeiro, também conduz. Ainda bem, considero eu, do lugar da história, que aquele pedaço de arruamento estreito e ondulante ali tenha ficado, fechado abruptamente pelas traseiras de um prédio com frente para a Rua Andrade Corvo que já é Bairro das Picoas.

O casario pouco se diferencia das ruas de muitos séculos depois. Mas há, aparentemente a aguardar demolição, um ou dois pequenos prédios cuja métrica compositiva é ainda do século XVIII ou dos anos do século XIX. E há a surpresa de um conjunto predial complexo que terá sido edificado depois de 1842, quando António Lima Mayer adquiriu a Quinta da Cruz do Tabuado à família Rebelo de Figueiredo<sup>74</sup>. Para lá da inesperada composição dos dois corpos, centralizados por uma espécie de torreão, o que mais atrai o olhar é a cobertura integral de azulejos, misturando, sobre um belo padrão azul e branco, conjuntos compostos de painéis que poderão ter sido aqui recolocados, ou fabricados segundo modelos eruditos, sugerindo, sem qualquer certeza, o trabalho de Luís Ferreira, o chamado Ferreira das Tabuletas, em tantos prédios da década de 1860 (Fig 21). A designação «Quinta da Cruz do Tabuado» bem como as iniciais do nome do encomendador estão apostas na grelhagem da porta principal, procedimento frequente em Lisboa exactamente a partir de 1860.

Descendo a rua, cruzamos o Largo da Palmeira, onde a Rua Luciano Cordeiro – a mais extensa de todo o bairro - termina também, gerando um nó complexo que se articula com o Largo do Andaluz e o arranque da Rua de S. Sebastião da Pedreira, sob o viaduto da Fontes Pereira de Melo. Este é um dos valores que mais aprecio na nova Lisboa delineada nas últimas décadas do século XIX onde o Bairro Camões se insere: as memórias e as sobrevivências por ali andam, em cruzamentos múltiplos que, de modos complexos, geram a intensidade expressiva dos lugares.



Fig. 18 – Rua Gonçalves Crespo, n.º 1 e 3.



Fig. 19 e 19a – Rua Ferreira Lapa, n.º 2; n.º 1.



Fig. 20 – Conventos e respectivas cercas na envolvente do Bairro Camões

- 1 - Convento de Santa Joana;
- 2 - Casa da Congregação da Missão de Rilhãfoles (depois Hospital Miguel Bombarda);
- 3 - Convento de Santa Marta;
- 4 - Convento de Santo António (depois Hospital dos Capuchos);
- 5 - Hospício de Nossa Senhora do Carmo;
- 6 - Recolhimento de Nossa Senhora da Encarnação e do Carmo;
- 7 - Hospício de Nossa Senhora da Conceição da Bemposta.

Autora: Hélia Silva



Fig. 21 e 21a – Rua do Andaluz, n.ºs 46-50 «Quinta da Cruz do Tabuado». Edificada depois de 1842 para António Lima Mayer.



## Notas

- 1 Instituto de História da Arte /Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa.
- 2 Instituto de História da Arte /Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa.
- 3 FOLQUE, 1856/58.
- 4 Que correspondia à freguesia do Coração de Jesus, hoje inserida na freguesia de Santo António. A freguesia terá mantido esta designação até 1941 (*A propósito da mudança de nome da freguesia de Camões*, 1941).
- 5 «Os Bairros e as Juntas de Freguesia de Lisboa: O Bairro Camões», *Diário de Notícias*, 4/5/1933, p. 1.
- 6 *Idem*.
- 7 CABRAL, 2005: 143.
- 8 COSTA, 1960, 74.
- 9 Em 1864, juntou-se com a Escola Veterinária Militar, criando-se o Instituto Geral de Agricultura e Veterinária. Em 1910, passou a ser Escola de Medicina Veterinária, Escola Superior desde 1919 (“Instituto Agrícola e chafariz da Cruz do Tabuado”, 2016).
- 10 Ver, para desenvolvimento, SILVA, 1989.
- 11 COSTA, 1960: 75.
- 12 As famílias Burnay e do conde do Redondo ligaram-se pelo casamento com a união entre D. José Luís de Sousa Coutinho, filho de D. Fernando de Sousa Coutinho, e Eugénia Cecília de Sousa Coutinho Castelo-Branco e Meneses (1860-1915). Eugénia era prima direita do pai de Henrique Burnay, de seu nome Henry Burnay (1810-1866), e filha de Auguste Constant Burnay (1831-1917). [Eugénia Cecília (de Sousa Coutinho Castelo-Branco e Menezes), cf. «Eugénia Cecília Burnay», s.d.).
- 13 Burnay adquiriu o palácio dos condes de Povolide, às Portas de Santo Antão e o que fora dos Patriarcas, na Junqueira. Neste último palácio, onde viveu, reuniu objectos artísticos, formando uma notável colecção que se desmembrou em 1934, com venda em hasta pública. Para saber mais, MATOS, 2003.
- 14 COSTA, 1960: 75; GONÇALVES, 2012: 24.
- 15 CABRAL, 2005: 156.
- 16 Sessão presidida por José Gregório da Rosa Araújo onde estiveram presentes também os vogais Teófilo Ferreira, José Elias Garcia, Albuquerque, Osório, Namorado, Fonseca, Estrela Braga, Alves Branco Júnior, Joaquim José Alves (vencido) e Manuel José de Andrade (vencido). Arquivo Municipal de Lisboa, Livro de Actas n.º 62, Sessão 14, 24/5/1880, pp.170-175.
- 17 O parecer indicava que os terrenos estavam designados numa «planta anexa», mas não a conseguimos encontrar no Arquivo Municipal de Lisboa. O mesmo obstáculo já havia surgido a Silva (1996) e a Gonçalves (2012).
- 18 Sessão da Comissão de 22/5/1880.
- 19 De notar que Alves Branco Júnior aprovou, mas ressaltava que apesar da necessidade de habitação, também eram «indispensáveis boas praças espaçosas largas e grandes jardins, que eram como outros tantos pulmões por onde respirava esta população» (Arquivo Municipal de Lisboa, Livro de Actas n.º 62, Sessão 14, 24/5/1880, p.175).
- 20 Arquivo Municipal de Lisboa, Sessão 17, 7/6/1880, p. 190.
- 21 «Os Bairros e as Juntas de Freguesia de Lisboa: O Bairro Camões». *Diário de Notícias*, 4/5/1933, p. 1.
- 22 *Diário de Notícias*, 10/6/1880, p.1.
- 23 *Idem, Ibidem*.
- 24 Fotografia de F. Rocchini da cerimónia da inauguração oficial do bairro de Camões no âmbito da comemoração do III centenário da morte de Camões, Arquivo Municipal de Lisboa, Cerimónia da inauguração oficial do bairro de Camões no âmbito da comemoração do III centenário da morte de Camões, 9/6/1880 (Ref. PT/AMLSB/BAR/000704).
- 25 *O Ocidente*, 15/7/1880, n.º 62, p. 119. Na Biblioteca Nacional de Portugal encontra-se o programa de uma «festa publica oferecida pela empreza do Bairro de Camões à muito nobre e sempre leal cidade de Lisboa na noite de 11 de Junho de 1880». Nessa festa, oferecida pela empresa Bairro de Camões, iria haver fogos-de-artifício, fabricados em Portugal e pelo «afamado pyrotechnico de Londres James Pain.» Havia quatro tipos de entradas: com bilhete rosa, para o recinto dos sócios, com entrada pelo palácio do Conde de Redondo na Rua de Santa Marta; com bilhete amarelo, para os convidados, com entrada pelo portão da quinta na Rua de Santa Marta, em frente do convento de Santa Joana; entradas públicas e livres, para o Bairro Camões, entrando pela travessa dos Carros e pela rua da Cruz do Taboado ao pé do Largo do Matadouro; e para a Avenida da Liberdade. O programa tinha a data de 8 de Junho e era assinado pela «Empreza do Bairro Camões». O mais provável é tratar-se da mesma festa relatada n’*O Ocidente*, que se terá realizado dois dias após o previsto.
- 26 *O António Maria*, 17/6/1880, p. 199.
- 27 *O Ocidente*, 15/7/1880, n.º 62, p. 119.
- 28 No ano de 1888, no terreno a norte da Avenida da Liberdade e futuro Parque Eduardo VII, foi realizada uma «Exposição Industrial Portuguesa com uma Secção Agrícola».
- 29 *O Ocidente*, 1/7/1880, n.º 61, p. 110.
- 30 SILVA, 2005: 128.
- 31 Arquivo Municipal de Lisboa, 29/12/1885, Parecer n.º 1663.
- 32 «Obra de Alargamento da Estrada da Cruz do Taboado», 20/5/1890 (Arquivo Municipal de Lisboa, [Alargamento da Estrada da Cruz do Tabuado], 27/2/1879-14/9/1920, Ref. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00787).
- 33 CABRAL, 1997: 119-120.

- 34 «Contrato de construção da Avenida da Índia, com a Sociedade Bairro Camões», 22/5/1896 (Arquivo Municipal de Lisboa, Livro 29 - Escrituras, Fls. 94 v-98).
- 35 «Contrato de construção da Avenida da Índia, com a Sociedade Bairro Camões», 22/5/1896 (Arquivo Municipal de Lisboa, Livro 29 - Escrituras, Fls. 94 v-98).
- 36 Arquivo Municipal de Lisboa, planta de parte da cidade baixa e Avenida da Liberdade com os projectos das zonas do parque da Liberdade, da Avenida das Picoas ao Campo Grande, ruas adjacentes e Bairro Camões, 1897 (Ref. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/506).
- 37 GONÇALVES, 2012: 27.
- 38 Arquivo Municipal de Lisboa, [Ruas construídas pela Companhia Bairro Camões], 10/12/1901, (Ref. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00551).
- 39 Arquivo Municipal de Lisboa, Augusto César dos Santos, [Planta do Bairro Camões], 10/12/1901, (Ref. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/01182).
- 40 Esta e outra informação sobre toponímia foram consultadas no *site* da Câmara Municipal de Lisboa [<http://www.cm-lisboa.pt/toponimia>].
- 41 *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, 1901, pp. 18-21.
- 42 Sobre o Duque de Loulé, ver, por exemplo, Mendóça, 2016.
- 43 Arquivo Municipal de Lisboa, Livro 54 Escrituras, Fls. 9-11 v - Escritura de compra de uma faixa de terreno para a Avenida Duque de Loulé, à Companhia Bairro Camões.
- 44 Arquivo Municipal de Lisboa, [Planta do Bairro Camões], 5/2/1904, (Ref. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/01319).
- 45 SILVA, 1996, pp. 618-619.
- 46 Arquivo Municipal de Lisboa, [Abertura da Avenida Duque de Loulé], 21/6/1905-20/4/1914, (Ref. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00726).
- 47 Arquivo Municipal de Lisboa, Livro 54 Escrituras, Fls. 9-11 v - Escritura de compra de uma faixa de terreno para a Avenida Duque de Loulé, à Companhia Bairro Camões.
- 48 PIRES, 1909.
- 49 Arquivo Municipal de Lisboa, [Prolongamento da Rua Luciano Cordeiro], 16/1/1911-12/12/1918 (Ref. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00440). Na Rua n.º 6, no início do século, existiu uma fábrica de Elisa Loureiro e Figueiredo (CABRAL, 1997: 121).
- 50 Arquivo Municipal de Lisboa, 4/4/1913, Livro 79, Escrituras, Fls. 18-21.
- 51 Arquivo Municipal de Lisboa, [Conclusão da Rua Bernardino Ribeiro], 16/8/1912-20/8/1912.
- 52 Arquivo Municipal de Lisboa, [Júlio Vieira da Silva Pinto, Planta Topográfica de Lisboa], Junho de 1910 (Ref. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03/078).
- 53 Arquivo Municipal de Lisboa, 4/4/1913, Livro 79, Escrituras, Fls. 18-21.
- 54 Contudo, num ofício n.º 289 da 3.ª Repartição da CML, datado de 28 de Junho de 1913, informava-se que existiam problemas de ligação entre a Rua Bernardino Ribeiro e as «já minicipalizadas, Luciano Cordeiro e Bernardo de Lima», o que deveria ser corrigido pela Companhia. Cf. Arquivo Municipal de Lisboa, Cx 89 DSU, [Construção da Rua Bernardino Ribeiro], 1901-13/10/1913.
- 55 Ofício n.º 678 da 1.ª Repartição da CML ao chefe da 3.ª Repartição - Engenharia.
- 56 Arquivo Municipal de Lisboa, Cx 79 DSU, [Entrega das Ruas Bernardino Ribeiro e Luciano Cordeiro à Câmara], 31/8/1916-23/11/1916.
- 57 COLAÇO, 1921: 261-263.
- 58 DIONÍSIO, 1979: 259.
- 59 «Os Bairros e as Juntas de Freguesia de Lisboa: O Bairro Camões», 4/5/1933, *Diário de Notícias*, p. 1.
- 60 Trata-se muito provavelmente da Rua Padre Luís Aparício (1915-1971). Esta rua teve o nome de Rua Particular à Rua Luciano Cordeiro, até ao edital de 18/9/1972, que prestou homenagem ao prior da Igreja do Sagrado Coração de Jesus, que se dedicou ao engrandecimento da sua paróquia e à valorização da sua freguesia, tendo contribuído para a construção da nova igreja. Cf. «Toponímia», s.d..
- 61 *Idem, Ibidem*.
- 62 «*Efemérides*», 1940, p. 323.
- 63 *Diário de Lisboa*, 25/10/1939, p. 3.
- 64 «Os Bairros e as Juntas de Freguesia de Lisboa: O Bairro Camões». *Diário de Notícias*, 4/5/1933, p. 1.
- 65 GONÇALVES, 2012: 31-34.
- 66 Uma nota clarificadora: as casas, qualquer que seja a sua tipologia, não podem evidentemente ser estudadas apenas através das fachadas. No entanto, essas mesmas frentes são componentes fundamentais do espaço urbano, como o desenho das artérias, a existência de árvores, jardins, ou elementos móveis como esplanadas ou quiosques.
- 67 APPLETON, 2001.
- 68 Proc. 2040/1ºREP/PG/1901, Obra 28214, Arquivo Municipal de Lisboa. Agradeço a generosidade e permanente colaboração da arquitecta Hélia Silva do Departamento de Património Cultural da Câmara Municipal de Lisboa.
- 69 «Edifícios sitos da Av. da República 95-97». Bernardino Lopes é também considerado um dos promotores do Bairro Azul (SILVA, s.d.) Ver ainda FILIUS POPULI, 1946.
- 70 Ver para desenvolvimento o *site* [lxconventos.cm-lisboa.pt](http://lxconventos.cm-lisboa.pt), elaborado no âmbito de um projecto de investigação financiado pela FCT e que permite conhecer, com rigor máximo, a história, os processos de extinção e as transformações dos conventos de Lisboa.
- 71 MAYER, 1969.

## Fontes

### Arquivo Municipal de Lisboa (ALM)

“Instituto Agrícola e chafariz da Cruz do Tabuado”, [entre 1900 e 1945].

Livros de Escrituras n.º 29, 54 e 79, e documentos anexos.

## Bibliografia

«A propósito da mudança de nome da freguesia de Camões (1941). Lisboa, Tip. Renascença.

AMARO, Ana Clara Esteves (2012). *Bairro das Picoas: história e urbanismo*. Lisboa: Universidade Nova. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

APPLETON, João G. Pontes (2001). *A reabilitação de edifícios “gaioleiros”: estudo de um quarteirão nas Avenidas Novas*. Lisboa: Instituto Superior Técnico. Dissertação de Mestrado.

ARAÚJO, Norberto de (1993). *Peregrinações em Lisboa*. Livro XIV. Lisboa: Nova Vega.

«As nossas gravuras». *O Ocidente*, ano 3, vol. 3, n.º 62, (15 jul.), p. 119.

CABRAL, Manuel Vilaverde (1997). *A Evolução de Lisboa e a rua das Portas de Santo Antão (1879-1926)*. Lisboa: Universidade Nova. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

CABRAL, Manuel Vilaverde (2006). «Rua das Portas de Santo Antão e a singular modernidade lisboeta (1890–1925): arquitectura e práticas urbanas». *Revista de História da Arte*, n.º 2, pp. 142-176.

COLAÇO, Thomaz Ribeiro (1921). «A descoberta de Lisboa no ano de 1921». *Ilustração Portuguesa*, n.º 817 (15 out.), pp. 261-263.

«Conde de Burnay» (1890). *A Ilustração Portuguesa*, n.º 49 (28 abril), pp. 8-10

COSTA, Mário. 1960. «O Bairro Camões». *Olisipo. Boletim Trimestral do Grupo “Amigos de Lisboa”*. Ano 23, n.º 90 (Abril), pp. 74-77.

«Crónica do centenário: inauguração do bairro camões» (1880). *O António Maria*, ano 2, (17 jun.), p. 199.

D’AZEVEDO, Guilherme (1880). «Crónica Ocidental». *O Ocidente*, ano 3, vol. 3, n.º 61, (1 jul.), p. 110.

*Diário de Lisboa*, 25/10/1939, p. 3.

*Diário de Notícias*, 10/6/1880, p.1.

DIONÍSIO, Santana (ed. lit.). 1979. *Guia de Portugal. I: Generalidades: Lisboa e Arredores*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. 1.ª ed. 1924.

«Duque de Loulé» (1900-1909). In *Enciclopédia Portuguesa Ilustrada: Dicionário Universal*, vol. VI. Porto: Lemos & C.ª.

«Efemérides» (1939). *Anais do Município de Lisboa, Ano de 1939*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, p.309-325.

«Eugénia Cecília Burnay» (s.d.). In *Geni.com*. disponível em Geni, <https://www.geni.com/people/Eug%C3%A9nia-Cecilia-de-Sousa-Coutinho-Castelo-Branco-e-Menezes/6000000019942625201>.

*Festa pública oferecida pela empresa do Bairro de Camões à muito nobre e sempre leal cidade de Lisboa na route de 11 de Junho de 1880: programa* (1880). Lisboa: Typ. Lallement Frères.

FILIUS POPULI (1946). *Os construtores civis tomarense e o desenvolvimento da construção urbana em Lisboa*. Lisboa, Imprensa Portugal-Brasil.

FRANÇA, José-Augusto (1990). *A Arte em Portugal no Século XIX*. Vol. II. Lisboa: Bertrand Editora.

GONÇALVES, Catarina Charneco da Costa (2012). *Transformação na configuração e apropriação da casa: estudo de um edifício da transição para o século XX do Bairro Camões em Lisboa*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Dissertação de Mestrado

*Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana* (1901) 12.ª série, t. 2.

MATOS, Maria Antónia Pinto de (coord.) (2003). *Henri Burnay de Banqueiro a Coleccionador*. Lisboa: Casa-Museu Anastácio Gonçalves.

MAYER, Filipe Lima (1969). *Livro de família*. Lisboa: ed. de autor.

MENDÓÇA, Filipe Alberto Folque de (2016). *O Duque de Loulé - Crónica de um Percurso Político*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras.

«Os bairros e as Juntas de Freguesia de Lisboa: o bairro Camões» (1933). *Diário de Notícias*, (4 maio), pp. 1 e 4.

SILVA, Álvaro Ferreira da (1996). «A construção residencial em Lisboa: evolução e estrutura empresarial (1860-1930)». *Análise Social*. vol. 31 (136-137), pp. 599-629.

SILVA, Raquel Henriques da (2005). «Das Avenidas Novas à Avenida de Berna». *Revista de História da Arte*, n.º 2, pp. 126-141.

SILVA, Raquel Henriques da (dir.) (1989). *Lisboa de Frederico Ressano Garcia, 1874-1909*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

SOARES, José Alexandre, et al (1907). «Esthetica da capital: representação à Camara Municipal de Lisboa». *Anuario da Sociedade dos Architectos Portugueses*. Ano III. Lisboa: Typographia do Commercio, pp. 21-22.

«Toponímia» (s.d.). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/toponimia/>.